



REQUERIMENTO N.º ____/2026

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Barra do Piraí,

O Vereador **WANDERSON LUÍS BARBOSA LEMOS**, que a este subscreve, com fulcro no art. 123, § 3º, VII, c/c o Art. 247, *caput*, todos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Barra do Piraí - RICMBP (Resolução nº 05 de 19.11.1992), após a regular tramitação regimental, reporta-se à presença de Vossa Excelência, **pugnando pelo envio do presente requerimento à Excelentíssima Senhora Prefeita de Barra do Piraí**, pelos fundamentos a seguir expostos:

Em 21.01.2026, o Secretário Municipal de Saúde, Srº Cristiano Almeida, concedeu entrevista a um canal em rede social, na qual **prestou esclarecimentos à população barrense acerca da ausência de medicamentos na Farmácia Municipal, alegando na ocasião que os fornecedores não estariam realizando as entregas ou estariam atrasando o fornecimento dos medicamentos, situação que, segundo informado, também estaria ocorrendo em municípios vizinhos.**

Diante do exposto, com vistas à consecução da função fiscalizatória, inerente ao Poder Legislativo, solicito que a Excelentíssima Prefeita de Barra do Piraí preste a seguintes informações:

- **cópia integram de todos os contratos celebrados, inclusive nos casos de adesão a Ata de Registro de Preços;**
- **cópia de todas as requisições e ordens de fornecimento relativo à entrega de medicamentos;**
- **programação e planejamento referentes aos pedidos de medicamentos para atendimento à população;**
- **cópia das notificações judiciais ou extrajudiciais expedidas, bem como, de todas as respostas apresentadas pelas empresas contratadas, contendo as justificativas quanto a demora e a não entrega dos medicamentos no Município.**

Contando com o estrito cumprimento da Lei, em nome da Ordem Democrática, colocamo-nos ao seu à disposição nesta Casa de Leis e reitero elevados protestos de estima e consideração.

Sala Barão do Rio Bonito, 02 de fevereiro de 2026.

Wanderson Luis Barbosa Lemos
Vereador



Justificativa

O presente requerimento tem como objetivo assegurar o cumprimento da função fiscalizatória, garantir a transparência dos atos administrativos e assegurar que todos os procedimentos previstos nas legislações vigentes, relativos à contratação de transporte escolar, sejam devidamente respeitados.